

TRADUÇÃO

GARFINKEL, H. "As propriedades racionais das atividades científicas e de senso comum" - .In: *Studies in Ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1996 [1967]. Cap. 8.

CRÉDITOS DA TRADUÇÃO

A tradução foi feita por Adauto Villela e a revisão técnica e o estabelecimento do texto final foram realizados pelos professores Dr. Paulo Cortes Gago (Departamento de Letras) e Dr. Raul Francisco Magalhães (Departamento de Ciências Sociais), da Universidade Federal de Juiz de Fora.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à prof^a Dra. Anne W. Rawls da Bentley University que gentilmente permitiu a publicação sem custos do presente capítulo e ao prof. Dr. Frédéric Vandenberghe do IESP/UERJ, que mediou essa solicitação. Agradecemos especialmente à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF, representada à época pela prof^a. Dra. Maria Cristina Lobo Name, por ter-nos disponibilizado os recursos públicos necessários para viabilizar a tradução. Pela mesma razão, cabe-nos agradecer ao prof. Jessé Souza, que fomentou parte desse projeto com recursos do Pronex-FAPEMIG. Agradecemos à prof^a. Maria Clara Castellões de Oliveira por ter acolhido o nosso projeto de tradução no âmbito de seu curso de bacharelado de tradução da UFJF etê-lo levado a cabo com tanto profissionalismo e cuidado. Agradecemos também ao prof. Dr. Berthold Öelze, da Universidade de Passau (Alemanha), como um dos incentivadores iniciais do projeto de traduzir para o Português textos essenciais em Etnometodologia por ocasião de sua vinda à UFJF, como professor visitante do Departamento de Ciências Sociais, em 2008.

APRESENTAÇÃO DA TRADUÇÃO

Dando continuidade à publicação dos capítulos dos *Estudos de Etnometodologia* de Harold Garfinkel, que se encontram nos números da revista Teoria e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (caps. 1,2,3,5, 6 e 7) e da Revista *Confluências* do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (cap. 4), apresentamos o capítulo 8, no qual Garfinkel discute as diferenças entre o que a ciência considera procedimentos racionais e o que o senso comum sanciona como racionalidade. Basicamente, Garfinkel demonstra a impossibilidade de aplicação das regras da boa ciência ao mundo exterior à prática científica. Trazidas para a realidade do dia-a-dia, as racionalidades científicas gerariam ambientes desprovidos de sentido. Mais uma vez, Garfinkel apontou um caminho importante para o estudo da pesquisa científica, tratando-a como um universo de significados internos, e não como um campo gerador de verdades e racionalidades válidas em si mesmas e livremente apropriáveis pela vida social. Boa leitura.

Paulo Cortes Gago e Raul Francisco Magalhães

PROPRIEDADES RACIONAIS DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS E DE SENSO COMUM

O programa da disciplina de um sociólogo requer que ele descreva cientificamente um mundo, que inclui, como fenômenos problemáticos, não só as ações da outra pessoa, mas também o conhecimento que a outra pessoa tem do mundo. Como resultado, o sociólogo não pode evitar ter que tomar *algum* tipo de decisão de trabalho sobre os vários fenômenos que se entende pelo termo “racionalidade”.

Geralmente, os pesquisadores em sociologia decidem uma definição de racionalidade selecionando uma ou mais características dentre as propriedades da atividade científica da forma como ela é idealmente descrita e entendida¹. A definição é, então, usada metodologicamente para ajudar o pesquisador a decidir as características realistas, patológicas, preconceituosas, ilusórias, míticas, mágicas, ritualísticas, e similares, da conduta, do pensamento, e das crenças cotidianas.

Mas porque os sociólogos descobrem, com frequência impressionante, que ações estáveis, eficientes e persistentes e as estruturas sociais ocorrem, apesar de discrepâncias óbvias entre o conhecimento e os procedimentos do leigo e o conhecimento e os procedimentos ideais do cientista, os sociólogos têm achado as propriedades racionais que as suas definições discriminaram empiricamente desinteressantes. Eles têm preferido, em vez disso, estudar as características e as condições da não-racionalidade na conduta humana. O resultado é que, na maioria das teorias disponíveis da ação social e da estrutura social, atribui-se um status residual às ações racionais.

Na esperança de corrigir uma tendência, é o propósito deste artigo remediar esse status residual, ao reintroduzir como um problema para a investigação empírica (a) as várias propriedades racionais da conduta, e também (b) as condições de um sistema social, sob as quais vários comportamentos racionais ocorrem.

Comportamentos racionais

O termo “racionalidade” tem sido usado para designar várias maneiras diferentes de comportamento. Uma lista desses comportamentos pode ser feita sem o teórico necessariamente exercer a escolha de tratar um ou mais comportamentos como definidor do termo “racionalidade”. O artigo clássico de Alfred Schutz sobre o problema da racionalidade² faz um inventário desses signifi-

cados e é, por isso, o nosso ponto de partida.

Quando os vários significados do termo que Schutz inventariou são expressos como descrições de conduta, o resultado é a lista de comportamentos mencionados a seguir. No restante deste artigo, esses comportamentos serão referidos como “as racionalidades”.

(1) *Categorizando e comparando.* É lugar-comum uma pessoa procurar em sua experiência uma situação, com a qual possa comparar a situação que está vivendo. Às vezes, a racionalidade refere-se ao *fato* de que a pessoa busca as duas situações, considerando sua comparabilidade e, às vezes, refere-se à sua *preocupação* em fazer com que as coisas sejam comparáveis. Dizer que uma pessoa lida com tarefas de comparação equivale a dizer que ela trata uma situação, ou uma pessoa, ou um problema, como sendo um exemplo de um tipo. Portanto, a noção de um “grau de racionalidade” é encontrada, pois a extensão da preocupação de uma pessoa com a classificação, a frequência dessa atividade, o sucesso com o qual uma pessoa se engaja nela são frequentemente os comportamentos entendidos, quando se afirma que as atividades de uma pessoa são mais racionais que as de outra.

(2) *Erro tolerável.* É possível uma pessoa “requerer” graus diferentes de “facilidade de ajuste” entre uma observação e uma teoria, em termos da qual ela nomeia, mensura, descreve ou, então, pretende que o sentido de sua observação seja um dado. Ela pode prestar pouca ou muita atenção ao grau de ajuste. Em uma dada ocasião, poderá permitir que uma alusão literária descreva aquilo que ocorreu. Em outra ocasião, e lidando com as mesmas ocorrências, ela pode procurar um modelo matemático para ordená-las. Portanto, às vezes diz-se que uma pessoa é racional, enquanto outra não é, ou é menos racional, e com isso quer-se dizer que uma pessoa presta mais atenção do que o seu vizinho ao grau de ajuste entre aquilo que ela observou e aquilo que ela pretende que seja a sua descoberta.

(3) *A procura por “meios.”* Às vezes usa-se o termo racionalidade para dizer que uma pessoa revisa as regras de procedimento, que, no passado, produziram os efeitos práticos agora desejados. Às vezes, refere-se ao fato de uma pessoa procurar transferir regras da prática, que deram bom resultado em situações semelhantes; às vezes, é a frequência com que esse esforço ocorre; em outras vezes, o caráter racional das ações refere-se à habilidade ou à inclinação que a pessoa tem de usar, numa situação presente, técnicas que funcionaram em outras situações.

(4) *A análise de alternativas e conseqüências.* O

termo racionalidade é freqüentemente usado para chamar atenção ao fato de uma pessoa, ao avaliar uma situação, antecipar as alterações que suas ações provocarão. São referências freqüentes não só o fato de *que* ela “ensaia na imaginação” os vários cursos de ação que terão ocorrido, mas também o cuidado, a atenção, o tempo e o detalhamento da análise dispensados aos cursos alternativos de ação. No que diz respeito à atividade de “ensaiar na imaginação”, as linhas concorrentes de ações-que-terão-sido-completadas, a clareza, a extensão dos detalhes, o número de alternativas, a vivacidade e a quantidade de informação que completa cada um dos esquemas das linhas concorrentes de ação são freqüentemente as características pretendidas, quando chamamos as ações de uma pessoa de “racionais”.

(5) *Estratégia.* Antes da ocasião real de escolha, uma pessoa pode atribuir a um conjunto de cursos alternativos de ação as condições, sob as quais qualquer curso de ação pode ser seguido. Von Neumann e Morgenstern chamaram o conjunto desse tipo de decisões de a estratégia de um jogador³. O conjunto de tais decisões pode ser chamado de o caráter estratégico das antecipações do ator. Uma pessoa que lida com as suas antecipações confiando que as circunstâncias de amanhã serão iguais às que conheceu no passado é descrita como agindo com menos racionalidade do que uma pessoa que, ao invés disso, leva em conta estados futuros possíveis de sua situação presente por meio do uso de um manual de “o-que-fazer-no-caso-de”.

(6) *Preocupação com o tempo.* Quando dizemos que uma pessoa pretende, através de seu comportamento, realizar um estado de coisas, freqüentemente queremos dizer que, ao ter tal intenção, a pessoa possui uma expectativa de uma determinada seqüência programada de eventos. A preocupação com o tempo envolve a intensidade, com que uma pessoa toma uma posição sobre as formas possíveis, em que eventos podem ocorrer temporalmente. Um quadro definitivo e restrito de possibilidades programadas é comparado com uma “racionalidade menor”, que consiste em a pessoa orientar a seqüência futura de eventos sob o aspecto de “qualquer coisa pode acontecer”.

(7) *Previsibilidade.* Expectativas altamente específicas quanto à programação do tempo podem ser acompanhadas, ao se prestar atenção às características previsíveis de uma situação. Pode ser que a pessoa procure informações preliminares sobre a situação de forma a estabelecer algumas constantes empíricas, ou pode ser que ela tente tornar a situação previsível, ao examinar as propriedades lógicas dos construtos que ela usa para “definir” a situação, ou ao revisar as regras que governam o uso de seus construtos. Dessa forma, fazer com que a situação

seja previsível significa tomar quaisquer medidas possíveis para reduzir “surpresas”. Tanto o desejo de se ter “surpresa em pequenas quantidades”, assim como o uso de quaisquer medidas que produzam isso são, freqüentemente, os comportamentos pretendidos pelo termo ‘racionalidade’ na conduta.

(8) *Regras de procedimento.* Às vezes, racionalidade refere-se às regras de procedimento e interferência, nos termos das quais uma pessoa decide sobre a correção de seus julgamentos, inferências, percepções e caracterizações. Tais regras definem as formas distintas, pelas quais se pode decidir que uma coisa é *conhecida* – distinções, por exemplo, entre fato, suposição, evidência, ilustração e conjectura. Para os nossos propósitos, há duas classes importantes dessas regras de decisões corretas que podem ser distinguidas: regras “cartesianas” e regras “tribais”. As regras cartesianas propõem que uma decisão é correta porque a pessoa seguiu as regras sem considerar as pessoas, *i. e.*, a pessoa decidiu como “qualquer homem” decidiria, se todas as questões relacionadas à afiliação social fossem tratadas como especialmente irrelevantes. Ao contrário, as regras “tribais” dizem que uma decisão é correta ou não, dependendo de certas solidariedades interpessoais serem ou não respeitadas como condições da decisão. A pessoa julga sua decisão como sendo certa ou errada de acordo com quem é referencialmente importante que ela concorde.

O termo racionalidade é freqüentemente usado para se referir à aplicação das regras cartesianas de decisão. Já que as convenções podem impor restrições a esse tipo de tomada de decisão, a intensidade com que essas restrições são suprimidas, controladas, tornadas sem efeito ou tornadas irrelevantes é outro significado frequente de racionalidade.

(9) *Escolha.* Às vezes, o fato de uma pessoa estar ciente da real possibilidade de se fazer uma escolha, e às vezes o fato de que ela escolhe, são significados populares de racionalidade.

(10) *Fundamentos da escolha.* Os fundamentos, nos quais uma pessoa exerce uma escolha entre alternativas, assim como os fundamentos que ela usa para legitimar a escolha, são freqüentemente apontados como sendo as características racionais de uma ação. Vários diferentes significados comportamentais do termo “fundamento” precisam ser discriminados.

(a) Fundamentos racionais, às vezes, refere-se exclusivamente ao *corpus*⁴ científico de informação, visto como um inventário de proposições, que é tratado pela pessoa como sendo os fundamentos corretos para inferências posteriores e ações futuras.

(b) Fundamentos racionais às vezes refere-se a tais propriedades do conhecimento de uma pessoa como sendo a estrutura “fina” ou “grossa” das caracterizações que ela usa, ou a se o “inventário” consiste em um conjunto de estórias, em oposição a leis empíricas universais, ou à extensão na qual os materiais são codificados, ou se o *corpus* em uso está de acordo com o *corpus* de proposições científicas.

(c) Enquanto os fundamentos de uma escolha forem as estratégias de ação, como foi mencionado anteriormente no item 5, outro sentido de racionalidade está envolvido.

(d) Os fundamentos da escolha de uma pessoa podem ser aqueles que ele literalmente *encontra* por meio da interpretação retrospectiva de um resultado presente. Por exemplo, uma pessoa pode se dar conta de tais fundamentos, no curso de historiar um resultado, como uma tentativa para determinar o que “realmente” foi decidido em um momento anterior. Assim, se um dado presente é tratado como uma-resposta-a-alguma-pergunta, o dado pode motivar a pergunta, à qual a pessoa espera que o dado responda. Selecionar, organizar e unificar o contexto histórico de uma ação, depois que ela ocorreu, de forma a apresentar um relato publicamente aceitável ou coerente dessa ação, é um dos significados familiares do termo “racionalização”.

(11) *Compatibilidade de relações meios-fins com os princípios da lógica formal.* Uma pessoa pode tratar um curso de ação contemplado como se ele fosse uma seqüência de passos para a solução de um problema. Ela pode organizar esses passos como um conjunto de relações “meios-fins”, mas só considerar o problema resolvido, se essas relações forem feitas sem violar o ideal da compatibilidade plena com os princípios da lógica formal científica e com as regras do procedimento científico⁵. O fato de a pessoa poder fazer isso, a frequência com que ela o faz, a sua persistência em tratar os problemas dessa forma, ou o sucesso que ela obtém, ao seguir tal procedimento, são formas alternativas de se especificar a racionalidade das suas ações.

12) *Clareza semântica e distintividade.* Menciona-se com frequência a tentativa de uma pessoa de tratar a clareza semântica de uma construção como sendo uma variável com um valor máximo, ao qual deve se aproximar como um passo obrigatório na solução do problema da construção de uma definição crível de uma situação. Diz-se que uma pessoa que refreia sua crença até que a condição do valor máximo aproximado tenha sido satisfeita é mais racional do que outra que acreditaria num mistério.

Uma pessoa pode atribuir alta prioridade às tarefas de esclarecer os construtos que compõem a definição de uma situação e de decidir sobre a compatibilidade que tais construtos têm com os significados pretendidos na terminologia empregada pelos outros. Por outro lado, a pessoa pode prestar pouca atenção a tarefas desse tipo. Diz-se, às vezes, que aquele modo de agir é mais racional que este.

(13) *Clareza e distintividade “em si mesmas”.* Schutz realça que uma preocupação com clareza e distintividade pode ser uma preocupação com a distintividade que é adequada aos propósitos da pessoa. As diferentes relações possíveis, ideais ou reais, entre (a) uma preocupação com a clareza e (b) os propósitos a que serve a clareza do construto revelam significados comportamentais adicionais de racionalidade. Duas variáveis estão envolvidas: (1) o respeito requerido pelas tarefas de clarificação e (2) o valor que a pessoa atribui à conclusão de um projeto. Uma relação entre essas variáveis faz com que a tarefa de clarificação, em si, transforme-se no próprio projeto a ser realizado. É esse o significado de “clarificação em si mesma” Mas a relação entre as duas variáveis pode ser tratada por uma pessoa como sendo constituída por algum grau de variabilidade independente. Tal relação seria usada ao trabalhar como um ideal “a clarificação que é adequada para os propósitos atuais”. Racionalidade freqüentemente significa um alto grau de interdependência entre essas variáveis. Tal interdependência, quando tratada como uma regra da conduta investigativa ou interpretativa, é, às vezes, o que se quer dizer com a distinção entre pesquisas e teorias “puras” e “aplicadas”

(14) *Compatibilidade da definição de uma situação com o conhecimento científico.* Uma pessoa pode permitir que aquilo que ela trata como sendo “questões de fato” seja criticado em termos de sua compatibilidade com o corpo de descobertas científicas. Como descrição das ações de uma pessoa, a “legitimidade consentida de tais críticas” significa que, no caso de haver uma discrepância demonstrada, a pessoa irá mudar aquilo que ela trata como sendo os fundamentos corretos para a inferência e a ação (um significado de “fato”) para poder acomodar aquilo que é cientificamente o caso. Com frequência, diz-se que as ações de uma pessoa são racionais, na medida em que ela se adapta, ou está preparada para adaptar-se, àquilo que está cientificamente correto.

Freqüentemente racionalidade refere-se aos sentimentos de uma pessoa que acompanham a sua conduta, e. g.: “neutralidade afetiva”, ser “não emotivo”, “desprendido”, “desinteressado” e “impessoal”. Para as tarefas teóricas deste artigo, entretanto, o fato de

a ação de uma pessoa em seu ambiente poder estar acompanhado de tais sentimentos é sem interesse. Entretanto, é, sim, interessante o fato de que uma pessoa usa seus sentimentos a respeito de seu ambiente para indicar o caráter sensato daquilo sobre o que ele está falando, ou para indicar a legitimidade de uma descoberta. Não há nada que proíbe um investigador científico de ser ardentemente esperançoso de que a sua hipótese seja confirmada. É proibido, entretanto, que ele use a sua ardente esperança ou a o seu desprendimento de sentimento para indicar a sensatez ou a legitimidade de uma proposição. Diz-se, por vezes, que uma pessoa que trata seus sentimentos sobre uma questão como se fossem irrelevantes para o sentido ou a legitimidade desta questão está agindo de forma racional, enquanto considera-se que uma pessoa que indica o sentido e a legitimidade por meio da invocação de seus sentimentos age menos racionalmente. Isso, entretanto, é verdadeiro apenas para as atividades científicas idealmente descritas.

Racionalidades científicas

As racionalidades precedentes podem ser usadas para construir a imagem de uma pessoa como um tipo de comportamento. Podemos imaginar uma pessoa que pode⁶ examinar uma situação presente, procurando nela pontos de comparabilidade com outras situações que conheceu no passado e que pode examinar toda sua experiência passada, procurando fórmulas que parecem, na sua perspectiva presente, ter produzido, no passado, o efeito prático que ela procura obter no presente. Ao se incumbir dessa tarefa, ela pode prestar bastante atenção a esses pontos de comparabilidade. Ela pode antecipar as conseqüências de suas ações de acordo com as fórmulas que se apresentam a si. Ela pode “ensaiar na imaginação” várias linhas concorrentes de ação. Ela pode atribuir a cada alternativa, por meio de uma decisão que foi feita antes da ocasião atual da escolha, as condições sob as quais cada uma das alternativas devem ser seguidas. Juntamente com esse tipo de estruturação de experiência, a pessoa pode pretender, através de seu comportamento, que um resultado projetado se realize. Isso pode envolver prestar atenção específica às características previsíveis da situação que ela procura manipular. Suas ações podem envolver o exercício da escolha entre dois ou mais meios para os mesmos fins, ou a escolha entre vários fins. Ela pode decidir a correção de sua escolha ao invocar leis empíricas, e assim vai.

Ao estender as características desse tipo comportamental para incorporar todas as racionalidades precedentes, uma distinção entre os interesses da vida cotidiana e os interesses da teorização científica incide sobre essa lista. Onde as ações de uma pes-

soa são governadas pela “atitude da vida cotidiana”, todas as racionalidades podem ocorrer, *com quatro exceções importantes*. Expressas como máximas ideais de conduta, essas exceções postulam que os passos projetados para a solução de um problema, ou a realização de uma tarefa, i.e., as “relações meios-fins”, sejam construídas de tal forma que (1) permaneçam inteiramente compatíveis com as regras que definem as decisões cientificamente corretas da gramática e dos procedimentos; (2) que todos os elementos sejam concebidos com total clareza e distinção; (3) que a clarificação tanto do corpo de conhecimento quanto das regras dos procedimentos investigativos e interpretativos seja tratada como um projeto de primeira prioridade; e (4) que os passos projetados contendam apenas suposições cientificamente verificáveis, que devem ser inteiramente compatíveis com o conhecimento científico como um todo. As correlações comportamentais dessas máximas foram descritas anteriormente como sendo as racionalidades (11) a (14). Para facilitar a referência, irei me referir a essas quatro como “as racionalidades científicas”.

O ponto crucial deste artigo e do programa de pesquisa que irá ocorrer, se seus argumentos estiverem corretos, é que *as racionalidades científicas, de fato, ocorrem como propriedades estáveis de ações e como ideais sancionáveis apenas em ações governadas pela atitude da teorização científica. Em contrastante, as ações governadas pela atitude da vida cotidiana são marcadas pela ausência específica dessas racionalidades, seja como propriedades estáveis, seja como ideais sancionáveis.* No que diz respeito às ações e às estruturas sociais que são governadas pelas pressuposições da vida cotidiana, quaisquer tentativas de estabilizar essas características ou de forçar a aderência a elas através da administração social sistemática de recompensas e punições são as operações necessárias para multiplicar as características anômicas da interação. Todas as outras racionalidades, de (1) a (10), entretanto, podem ocorrer em ações governadas por qualquer uma das duas atitudes, tanto como propriedades estáveis, quanto como ideais sancionáveis. Esse ponto crítico é mencionado mais detalhadamente na Tabela 1.

As afirmações acima foram feitas como questões empíricas, não como questões doutrinárias. A reconstrução do “problema da racionalidade”⁷ proposta por esse artigo depende do caráter legítimo dessas afirmações. Testá-las depende de uma distinção viável entre a “atitude da vida cotidiana” e a “atitude da teorização científica”. Torna-se necessário, portanto, que as diferentes pressuposições que compõem cada atitude sejam comparadas rapidamente. Após ter feito isso, retornaremos para a linha principal do argumento.

TABELA 1

UM RESUMO DAS PROPOSIÇÕES, RELACIONANDO AS RACIONALIDADES ÀS SUAS CONDIÇÕES DE OCORRÊNCIA						
	Para todas as ações que são governadas pelas regras de relevância da vida cotidiana, as racionalidades podem ocorrer SE			Para todas as ações que são governadas pelas regras de relevância da teorização científica, as racionalidades podem ocorrer SE		
	Considerado um padrão ideal de ação?	Considerado um padrão operativo de ação?	Considerado uma propriedade de uma prática real?	Considerado um padrão ideal de ação?	Considerado um padrão operativo de ação?	Considerado uma propriedade de uma prática real?
1. Categorizar e comparar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2. Erro tolerável	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
3. A procura por "meios"	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
4. A análise de alternativas e conseqüências	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
5. Estratégia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6. Preocupação com o tempo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
7. Previsibilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
8. Regras de procedimento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
9. Escolha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
10. Fundamentos da escolha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
11. Compatibilidade de relações meios-fins com os princípios da lógica formal	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
12. Clareza semântica e distintividade	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim

CONTINUAÇÃO TABELA 1

13. Clareza e distintividade "em si mesmas"	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
14. Compatibilidade da definição de uma situação com o conhecimento científico	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
<p>"Sim" deve ser lido como "É empiricamente possível, como propriedade estável e/ou ideal sancionável".</p> <p>"Não" deve ser lido como "É empiricamente possível apenas como propriedade instável e/ou ideal não sancionável". Com isso queremos dizer que quaisquer tentativas de estabilizar a característica ou de forçar a aderência a elas através da administração sistemática de recompensas e punições são as operações necessárias para se multiplicar as características anômicas da interação.</p> <p>Aquilo que essas proposições afirmam para as racionalidades, quando consideradas isoladamente, elas também afirmam para um conjunto delas, agrupadas em qualquer combinação.</p>						

As pressuposições das duas atitudes

As atitudes da vida cotidiana e da teorização científica⁸ foram descritas por Alfred Schutz⁹ nos estudos que fez sobre a fenomenologia constitutiva das situações de senso comum¹⁰. Devido ao fato de os argumentos deste artigo dependerem da suposição de que essas atitudes não se superpõem, torna-se necessário compararmos brevemente as pressuposições que compõem cada uma dessas atitudes.

(1) Schutz considera que, em situações cotidianas, o "teórico prático" alcança um ordenamento dos eventos, enquanto procura reter e sancionar a pressuposição de que os objetos do mundo são como aparentam ser. A pessoa que lida com afazeres cotidianos procura por uma interpretação desses afazeres, ao mesmo tempo em que mantém uma conduta de "neutralidade oficial" em relação à regra interpretativa, segundo a qual uma pessoa pode duvidar de que os objetos do mundo sejam como aparentam ser. A pressuposição do ator consiste na expectativa de que uma relação de correspondência indubitável exista entre as aparências específicas de um objeto e o objeto-pretendido-que-aparece-desta-forma-em-particular. A partir do conjunto de relações possíveis entre as aparências reais do objeto e o objeto pretendido, como por exemplo, uma relação de correspondência *duvidosa* entre os dois, a pessoa espera que a correspondência indubitável pressuposta seja a correspondência sancionável. Ela espera que a outra pessoa empregue a mesma expectativa de forma mais ou menos igual, e espera que, assim como ela espera que a relação se mantenha para a outra pessoa, a outra

pessoa espere que a relação se mantenha para ela.

Nas atividades de teorização científica, é usada uma regra de procedimento interpretativo bastante diferente. Essa regra determina que a interpretação seja conduzida mantendo-se uma posição de "neutralidade oficial" em relação à *crença* de que os objetos do mundo são como aparentam ser. As atividades da vida cotidiana, é claro, permitem que o ator duvide que os objetos sejam como aparentam ser; mas essa dúvida é, em princípio, uma dúvida que é limitada pelas "considerações práticas" do teórico. A dúvida, para o teórico prático, é limitada pelo respeito deste por certas características valorizadas, mais ou menos rotineiras da ordem social "vistas por dentro", as quais ele especificamente não questiona e as quais ele não porá em questão. Ao contrário, as atividades de teorização científica são governadas pelo estranho ideal da dúvida, que é, em princípio, ilimitado e que especialmente não reconhece as estruturas sociais normativas como sendo condições restritivas.

(2) Schutz menciona uma segunda suposição que é o interesse prático de uma pessoa pelos eventos do mundo. As características relevantes dos eventos que o seu interesse neles seleciona acarretam, como característica invariável, para a pessoa, que elas podem afetar real e potencialmente as ações do ator e podem ser afetadas por suas ações. Sob essa característica pressuposta dos eventos, a pessoa presume que a precisão dos ordenamentos de eventos que ela fez pode ser testada e é testável, sem ter que suspender a relevância daquilo que ela conhece como sendo fato, suposição, conjectura, fantasia e similares, por

meio das suas posições físicas e sociais no mundo real. Os eventos, suas relações, sua textura causal, não são questões que têm para ela interesse teórico. A pessoa não sanciona a noção de que, ao lidar com essas questões, é correto tratá-las de acordo com a regra interpretativa que diz que ela nada sabe, ou que ela pode presumir que ela nada sabe, “só para ver aonde isso leva”. Nas situações cotidianas, aquilo que uma pessoa sabe é uma característica integral da sua competência social. A pessoa presume que aquilo que ela sabe, da forma que ela sabe, a personifica como um objeto social, perante si mesma e perante os outros, como um membro de boa fé do grupo. Ela sanciona a sua competência em ser um membro de boa fé do grupo como sendo uma condição para ela poder ter certeza de que sua apreensão dos significados de seus afazeres cotidianos é uma apreensão realista.

Ao contrário, as regras interpretativas da atitude da teorização científica estabelecem que o sentido e a exatidão de um modelo devem ser testados e decididos, ao mesmo tempo em que se suspende qualquer julgamento sobre a relevância daquilo que o teórico sabe em função da sua posição social e física no mundo real.

(3) Schutz descreve a perspectiva temporal da vida cotidiana. Durante suas atividades cotidianas, a pessoa reifica o fluxo da experiência em “fatias temporais”. Ela faz isso usando um esquema de relações temporais, que ela presume ser empregado, tanto por ela quanto pelas outras pessoas, de forma equivalente e padronizada. A conversa que ela está mantendo consiste, para ela, não só nos eventos do seu fluxo de experiência, mas também naquilo que foi dito, ou que pode ser dito, em um tempo, que é designado pelas posições sucessivas dos ponteiros do relógio. O “sentido da conversa” não é somente realizado progressivamente através da sucessão dos significados realizados do seu curso já executado, mas cada “até aqui” é informado pelas suas antecipações. Além disso, em cada Aqui-e-Agora e também durante a sucessão de Aquis-e-Agoras, a conversa tem, para a pessoa, tanto significados retrospectivos quanto prospectivos. Esses incluem as referências Aqui-e-Agora ao começo, à duração, ao ritmo, às fases e ao término. Essas determinações do “tempo interior” do fluxo de experiências são coordenadas com um esquema socialmente empregado de determinações temporais. A pessoa usa o esquema do tempo padrão como uma forma de programar e coordenar suas ações com as ações dos outros, como uma forma de direcionar os seus interesses aos interesses dos outros e de acertar o ritmo de suas ações com o ritmo das ações dos outros. Seu interesse no tempo padrão está direcionado aos problemas que tais especificações solucionam ao programar e coordenar a interação. A

pessoa presume, também, que o esquema do tempo padrão é um empreendimento totalmente público, um tipo de “grande relógio idêntico para todos”.

Existem outras formas, que são formas contrastantes, de se pontuar temporalmente o fluxo da experiência, de forma a produzir um arranjo sensato de eventos no “mundo exterior”. Quando o ator está envolvido nas atividades de teorização científica, o tempo padrão é usado como uma ferramenta para construir um entre outros mundos empiricamente possíveis (presumindo, é claro, que o teórico esteja interessado em questões de fato). Assim, dado seu interesse no domínio dos afazeres cotidianos, aquilo que envolve o uso que o ator faz do tempo para ajustar seus interesses de acordo com a conduta dos outros é, no que diz respeito a seus interesses enquanto teórico sociológico científico, uma “mera” ferramenta para solucionar seu problema científico, que consiste em formular claramente tais programas de ações coordenadas em termos de relações de causa e efeito. Outro uso contrastante do tempo ocorre, quando se apreciam os eventos retratados “no interior de uma peça de teatro”. Os interesses no tempo padrão são deixados de lado como sendo irrelevantes. Quando uma pessoa acompanha as estruturas sociais retratadas num romance, tal como *Ethan Frome*, por exemplo, ela permite que o destino dos amantes venha antes e que seja uma condição para a apreciação da seqüência de passos que levaram a esse destino.

(4) A pessoa, ao gerenciar seus afazeres cotidianos, assume um esquema de comunicação que é comumente compartilhado de uma forma diferente que o teorizador científico o faz. O homem, na vida cotidiana, está informado do sentido dos eventos ao usar um contexto pressuposto dos “fatos naturais da vida”, que, de seu ponto de vista, “Qualquer um de Nós” tem a obrigação de saber, e no qual temos obrigação de acreditar. Usar tais fatos naturais da vida é uma condição para continuar sendo um membro de boa fé do grupo. Ele assume que tal contexto é usado por ele e por outros como sendo “regras codificadoras” moralmente obrigatórias. É sob os termos destas regras que ele decide a correspondência correta entre a aparência atual de um objeto e o objeto-pretendido-que-parece-de-uma-forma-em-particular.

Essa suposição de um mundo intersubjetivo comum de comunicação é surpreendentemente modificada nas ações de teorização científica. As “outras pessoas relevantes”, para o teorizador científico, são universalizadas como sendo “Qualquer pessoa”. Elas são, idealmente, manuais descorporificados de procedimentos adequados para decidir a razoabilidade, a objetividade e a legitimidade. Colegas específicos são,

no máximo, exemplos perdoáveis de tais “investigadores competentes” altamente abstratos. O teorizador científico tem a obrigação de saber apenas aquilo em que ele decidiu dar crédito. É uma mera opção sua acreditar ou não nas descobertas feitas por seus colegas, fundamentando-se no fato de ser um membro de uma sociedade profissional ou de outra sociedade qualquer. Se ele não acreditar, é permitido que ele justifique isso, invocando como fundamento para tal a sua adesão impessoal à comunidade de “investigadores competentes”, que são anônimos, no que diz respeito a ser membro de uma coletividade, e cujas ações conformam-se a normas de manual de procedimentos. Ao empreender tais ações, ele pode arriscar-se a ser criticado por ter rigor excessivo. Mas tomar tais ações na vida diária arriscaria uma mudança de status para criminalidade, doença ou incompetência.

(5) A pessoa assume uma “forma específica de sociabilidade”. Entre outras coisas, a forma de sociabilidade consiste na pressuposição que a pessoa faz de que existe alguma disparidade característica entre a “imagem” de si mesma que ela atribui a outra pessoa como sendo o conhecimento que a outra pessoa tem dela, e o conhecimento que ela tem de si mesma através dos “olhos” da outra pessoa. Ela também assume que as alterações nessa disparidade característica permanecem sob seu controle autônomo. Essa suposição funciona como uma regra, pela qual o teorizador cotidiano agrupa suas experiências em termos de o que combina corretamente com quem. Há, deste modo, um conhecimento não publicado, que corresponde ao mundo intersubjetivo comum da comunicação, e que, aos olhos do ator, está distribuído entre as pessoas como sendo os fundamentos de suas ações, *i.e.*, dos seus motivos, ou, no sentido radical do termo, dos seus “interesses”, enquanto características constituintes das relações sociais da interação. Ele assume que há questões que uma pessoa sabe, e que ela assume que os outros não saibam. A ignorância de uma das partes consiste naquilo que o outro sabe que é motivacionalmente relevante para a primeira parte. Deste modo, o sentido das questões que são conhecidas em comum é informado pelas reservas pessoais, pelas questões que são seletivamente ocultadas. Assim, os eventos das situações cotidianas são informados por esse contexto integral de “significados mantidos ocultos”, pelas coisas que uma pessoa sabe sobre si mesma e sobre os outros, que não interessam a ninguém; em resumo, pela vida privada.

Essa pressuposição é fortemente modificada nas regras que governam as ações da teorização científica. Na sociabilidade da *teorização* científica, não há disparidade entre a vida privada e a vida pública, no que diz respeito a sentido e legitimidade. Todas as questões

que são relevantes ao retrato que o teorizador faz de um mundo possível são públicos e publicáveis.

Há outras pressuposições, mas, para os propósitos deste artigo, é suficiente estabelecer apenas o fato da diferença entre essas “atitudes”.

Esses dois conjuntos de pressuposições não se misturam um com o outro, e nem há graus de diferença entre eles. Em lugar disso, alternar entre o uso de um para o uso do outro – alternar entre uma “atitude” e outra – produz uma alteração radical na estruturação cênica que uma pessoa faz de eventos e das suas relações. No sentido matemático literal, as duas atitudes produzem conjuntos de eventos logicamente incompatíveis. A natureza da diferença entre os sistemas de eventos que são constituídos pelos dois conjuntos de pressuposições interpretativos pode ser ilustrada comparando-se os eventos relacionados que um espectador vê na tela de sua televisão, quando ele acompanha os eventos “da estória” com os eventos que ele vê, quando ele considera a cena como sendo um conjunto de efeitos realizados por um conjunto de atores profissionais, que estão agindo conforme as instruções de um produtor de filmes. Seria do mais vulgar didatismo filosófico dizer que o espectador viu “aspectos diferentes da mesma coisa”, ou que os eventos da estória “não passam” de eventos da produção que são apreciados sem qualquer crítica.

Metodologia

São as racionalidades científicas, a que autores que escrevem sobre organização social e tomadas de decisões se referem, as características das “escolhas racionais”. Propomos aqui, entretanto, que as racionalidades científicas não são propriedades, nem de ideais sancionáveis, nem de escolhas feitas do interior das atividades governadas pelas pressuposições da vida cotidiana. Se as racionalidades científicas não são nem propriedades estáveis, nem ideais sancionáveis das escolhas feitas do interior das atividades, cujo sentido é governado pelas pressuposições da vida cotidiana, então os problemas que pesquisadores e teóricos encontram com relação aos conceitos dos fins organizacionais, com relação ao papel do conhecimento e da ignorância na interação, com relação às dificuldades no manuseio de mensagens significativas nas teorias matemáticas da comunicação, com relação às anomalias encontradas nos estudos sobre o comportamento em apostas, com relação às dificuldades de racionalizar o conceito de anormalidade, à luz de materiais trans-culturais, podem todos ser problemas que eles mesmos criaram. Esses problemas seriam originados, não nas complexidades da matéria estudada, mas na insistência

em conceber ações de acordo com conceitos científicos, ao invés de olhar para as racionalidades reais que o comportamento das pessoas de fato exibe durante o curso do gerenciamento de seus afazeres práticos.

Schutz nos diz o que significa dizer que um ator tem uma escolha racional¹¹:

“Uma escolha racional estaria presente, se o ator tivesse conhecimento suficiente sobre o fim a ser realizado, bem como sobre os diferentes meios através dos quais pode-se obter sucesso. Mas esse postulado implica:

“1. O conhecimento do lugar do fim a ser realizado nos limites do enquadramento dos planos do ator (os quais ele também deve conhecer).

“2. O conhecimento das suas inter-relações com outros fins e a sua compatibilidade ou incompatibilidade com eles.

“3. O conhecimento das conseqüências desejáveis e das indesejáveis que podem surgir como subproduto da realização do fim principal.

“4. O conhecimento das diferentes cadeias de meios que, tecnicamente, ou até mesmo ontologicamente, são adequadas para a consecução do fim, indiferentemente de se o ator tem controle sobre todos, ou apenas sobre alguns desses elementos.

“5. O conhecimento da interferência de tais meios com outros fins de outras cadeias de meios, incluindo todos os efeitos secundários e todas as conseqüências incidentais delas.

“6. O conhecimento da acessibilidade desses meios para o ator, escolhendo os meios que estão a seu alcance e que ele é capaz e pode implementar.

“Os pontos mencionados acima não são, de qualquer forma, exaustivos da análise complicada que seria necessária para se decompor o conceito da escolha racional na ação. As complicações aumentam muito quando a ação em questão é uma ação social. Nesse caso, os seguintes elementos tornam-se determinantes adicionais para a deliberação do ator. Primeiro, a interpretação ou a má interpretação de seu próprio ato por seu companheiro. Segundo, a reação das outras pessoas e sua motivação. Terceiro, todos os elementos do conhecimento mencionados, de (1) a (6), os quais o ator correta ou incorretamente atribui aos seus parceiros. Quarto, todas as categorias de familiaridade e estranheza, de intimidade e de anonimato, de personalidade e de tipos que descobrimos

no nosso inventário da organização do mundo social.” Mas, então, Schutz pergunta: onde pode-se encontrar esse sistema de escolhas racionais? “...o conceito de racionalidade tem seu lugar nativo, não no nível das concepções cotidianas do mundo social, mas no nível teórico de sua observação científica, e é aí que ele encontra o seu campo de aplicação metodológica”.

Schutz conclui que esse sistema é encontrado no *status* lógico, nos elementos e nos usos do modelo que o cientista escolhe e usa como esquema para a interpretação dos eventos da conduta.

“Isso não significa que a escolha racional não exista dentro da esfera da vida cotidiana. De fato, seria suficiente interpretar os termos clareza e distintividade com um significado modificado e restrito, a saber, como sendo a clareza e a distintividade adequadas às necessidades do interesse prático do ator. O que quero enfatizar é que o ideal da racionalidade não é, e não pode ser, uma característica peculiar do pensamento cotidiano e, portanto, nem pode ser um princípio metodológico para a interpretação dos conjuntos humanos na vida cotidiana.”

Reconstruir o problema da racionalidade, de forma a devolvê-lo aos pesquisadores consiste na proposta de que os sociólogos parem de tratar as racionalidades científicas como uma regra metodológica para interpretar as ações humanas.

No que diz respeito aos procedimentos, como um investigador agir, quando ele parar de tratar as racionalidades científicas como uma regra metodológica?

Normas de conduta

Quando as propriedades racionais de ação anteriormente mencionadas são concebidas como normas de conduta correta, quatro significados de tais normas podem ser distinguidos.

Primeiro, as normas podem consistir nas racionalidades, às quais os observadores aderem como *normas ideais* das suas atividades enquanto cientistas. Segundo, o termo pode se referir às racionalidades como normas operativas do trabalho científico real. Empiricamente, os dois conjuntos de normas não são correspondentes ponto a ponto. Por exemplo, há uma rotinização do problema do desenho e da solução, bem como uma confiança nos outros investigadores, o que é encontrado em operações investigativas reais e que é geralmente ignorado por livros didáticos de metodologia. Terceiro, o termo pode se referir a um ideal de racionalidade socialmente empregado e sancionado. Aqui, referimo-nos a es-

sas racionalidades como padrões de pensamento e de conduta que permanecem de acordo com um respeito pelas ordens rotineiras da ação na vida cotidiana. Tais padrões são chamados, na linguagem cotidiana, de uma forma “razoável” de pensar e agir. Quarto, há as racionalidades como normas operativas de atividades reais da vida cotidiana.

Usar as racionalidades como princípio metodológico na interpretação das ações humanas na vida cotidiana significa proceder da seguinte forma:

(1) As características ideais, a que os observadores científicos aderem como padrões ideais da sua conduta investigativa e teórica são usadas para construir o modelo de uma pessoa que age de uma forma que é governada por esses ideais. O jogador de Von Neumann é, por exemplo, uma construção desse tipo¹².

(2) Depois de descrever comportamentos reais, olha-se para o modelo, procurando, através da comparação destes, discrepâncias entre a forma que uma pessoa construída de tal forma agiria e a forma que a pessoa realmente agiu. Fazem-se, então, perguntas como as seguintes: e comparação com o modelo, quanta distorção há? Qual é a eficiência dos meios que a pessoa real empregou, quando são considerados em termos do conhecimento mais amplo do observador, sendo esse conhecimento mais amplo do observador caracterizado como sendo “O estado atual da informação científica”? Quais restrições incidem sobre o uso de normas de eficiência técnica na consecução de fins? Quanta e que tipo de informação é necessária para decisões que são formuladas sob a consideração de todos os parâmetros cientificamente relevantes para o problema e quanta informação desse tipo a pessoa real tinha?

Em uma palavra, o modelo fornece uma forma de determinar as formas como uma pessoa poderia agir, se imaginássemos que ela estivesse agindo como um cientista ideal. A seguinte questão, então, se segue: qual é a explicação para o fato de que pessoas reais não são iguais, de fato raramente são iguais, mesmo como cientistas? Em suma, o modelo desse homem racional como um padrão é usado para fornecer a base de uma comparação irônica; e dessa comparação conseguem-se as distinções familiares entre a conduta racional, a não racional, a irracional e a arracional¹³.

Mas esse modelo é apenas um entre um número ilimitado de modelos que podem ser usados. E o que é mais importante, *nenhuma necessidade dita o seu uso*. Certamente, um *modelo* de racionalidade é necessário, mas apenas para a tarefa de decidir sobre uma definição de conhecimento crível e, então, é

tudo, menos inevitável, na teorização científica. Ele não é necessário e é evitável nas atividades de teorização empregadas para lidar com os afazeres cotidianos.

É necessário para a teorização científica, mas isso não se deve a nenhuma característica ontológica dos eventos que os cientistas procuram conceber e descrever.

É necessário, porque as regras que governam o uso das suas proposições, consideradas fundamentos corretos para se fazer inferências adicionais, *i.e.*, a própria definição do conhecimento crível, definem tais procedimentos sancionáveis como sendo, por exemplo, procedimentos que não permitem que duas proposições incompatíveis ou contraditórias sejam usadas ao mesmo tempo como fundamento para a dedução da legitimidade de outra proposição. Já que a definição do conhecimento crível, científico ou não, consiste nas regras que governam o uso das proposições como fundamentos para se fazer inferências e ações adicionais, a necessidade do modelo é fornecida pela decisão, em primeiro lugar, de agir conforme essas regras¹⁴. O modelo de racionalidade na teorização científica literalmente consiste no ideal que o teórico tem de que os significados dessas regras podem ser explicados claramente.

É uma conseqüência do fato de que as ações de investigação e interpretação são governadas por aquilo que, para o senso comum, são regras estranhas de atividades científicas, que a decisão de usar uma proposição como fundamento para inferências adicionais varia, independentemente de o usuário poder esperar, ou não, ser apoiado *socialmente* por usá-la. Mas nas atividades governadas pelas pressuposições da vida diária, o corpo de conhecimento crível não está sujeito a restrições tão rígidas, no que diz respeito ao uso de proposições como fundamento legítimo para inferências e ações adicionais. Dentre as regras de relevância da vida cotidiana, uma proposição usada corretamente é uma para cujo uso o usuário espera que seja socialmente apoiado e, ao usá-la, ele fornece aos outros evidência do seu status como membro de boa fé da coletividade.

As Racionalidades como dados

Nenhuma necessidade dita que uma definição de ação racional possa ser decidida para se conceber um campo de eventos de conduta observáveis. Esse resultado tem a conseqüência importante e paradoxal de permitir que estudemos mais de perto do que nunca¹⁵ as propriedades da ação racional. Ao invés de usar a idéia do cientista ideal como um meio para se construir categorias descritivas de comportamento – e racional, não racional, irracional e arracional são

tais categorias – podemos lidar com as características racionais das atividades, usando a tarefa empírica de descrevê-las assim como são encontradas separadamente na lista acima de racionalidades, ou em grupos dessas características. O usuário iria, então, olhar as condições da constituição do ator e as suas relações características com os outros como sendo fatores que poderiam explicar a presença dessas racionalidades, mas sem comparações irônicas.

Ao invés de as propriedades da racionalidade serem tratadas como princípio metodológico na interpretação de atividades, elas devem ser tratadas apenas como material empiricamente problemático. Elas teriam apenas o status de dados e teriam que ser explicadas da mesma forma que são as propriedades mais familiares da conduta. Assim como podemos nos perguntar como as propriedades de um arranjo de *status* são relevantes para a incidência do comportamento contencioso, ou para a dissensão organizada, ou para fazer um bode expiatório, ou para as chances de mobilidade ocupacional, ou para o que quer que seja, também podemos perguntar-nos como as propriedades de um arranjo de *status* são determinantes do quanto as ações dos atores mostram as racionalidades. Perguntas como as seguintes, então, urge uma resposta: por que as racionalidades da teorização científica são perturbadoras da continuidade da ação governada pela atitude da vida cotidiana? O que há nos arranjos sociais que faz ser impossível transformar as duas “atitudes” uma na outra sem perturbações severas da atividade contínua governada por cada uma delas? Como devem ser os arranjos sociais para que grandes números de pessoas, como as conhecemos na nossa sociedade de hoje, possam, não só adotar a atitude científica com impunidade, mas para que possam, de forma a poderem usá-la com sucesso, reivindicar substancialmente o direito de agir de acordo com essa atitude em face daqueles para quem a atitude é estranha e muitas vezes repugnante? Em uma palavra, as propriedades racionais da conduta podem ser removidas por sociólogos do domínio do comentário filosófico e levadas à pesquisa empírica?

É possível formular uma regra geral, que inclui inúmeros problemas de pesquisa: *Qualquer fator que consideramos como condicional de qualquer uma das propriedades das atividades é um fator que é condicional das racionalidades.* Essa regra afirma que tais fatores como, por exemplo, os arranjos territoriais, o número de pessoas numa rede, as taxas de retorno, as regras que governam quem pode se comunicar com quem, os padrões temporais de mensagens, a distribuição da informação assim como as operações para alterar essa distribuição, o número e o lugar dos pontos de transformação da informação, as propriedades de regras

de codificações e de línguas, a estabilidade das rotinas sociais, as propriedades dos arranjos de prestígio e poder, e por aí vai, devem todos ser considerados como determinantes das propriedades racionais das ações governadas pela atitude da vida cotidiana.

Conclusão

Foi o propósito desse artigo recomendar a hipótese de que as racionalidades científicas podem ser empregadas apenas como ideais ineficazes nas ações governadas pelas pressuposições da vida cotidiana. As racionalidades científicas não são, nem características estáveis, nem ideais sancionáveis das rotinas cotidianas, e qualquer tentativa de estabilizar essas propriedades ou de obrigar que sejam seguidas na condução das atividades cotidianas magnificará o caráter sem sentido do ambiente comportamental de uma pessoa e multiplicará as características desorganizadas do sistema de interação.

Notas

1 Uma definição preferida atualmente é conhecida como a regra dos meios empiricamente adequados. As ações de uma pessoa são concebidas pelo pesquisador como sendo passos na realização de tarefas, cuja realização possível e atual é passível de ser decidida empiricamente. A adequação empírica é definida, então, em termos das regras do procedimento científico e das propriedades do conhecimento que tais procedimentos produzem.

2 Alfred Schutz, “The Problem of Rationality in the Social World,” *Economica*, Vol. 10, May, 1953.

3 *Behavior* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1947), p. 79.

4 O conceito do *corpus* de conhecimento foi tomado de Felix Kaufmann, *Methodology of the Social Sciences* (New York: Oxford University Press, 1944), especialmente as p. 33-66.

5 Quando tratada como uma regra para definir categorias descritivas de ação, essa propriedade é conhecida como a regra da adequação empírica dos meios.

6 “Pode” aqui quer dizer: está disponível como um entre um conjunto de alternativas. Não quer dizer que seja provável.

7 Para o teórico sociológico, o “problema da racionalidade” pode ser tratado como consistindo em cinco tarefas: (1) clarificar os vários referentes do termo

“racionalidade”, o que inclui definir os correlatos comportamentais dos vários “significados” de racionalidade como sendo (a) as ações do indivíduo, assim como (b) as características “do sistema”; (2) decidir quais designata comportamentais acompanham, com base no fundamento do exame da experiência, e não na escolha de teorias; (3) decidir uma alocação dos designata comportamentais entre o status de definição e o de problema empírico; (4) decidir os fundamentos que justificam qualquer das muitas alocações possíveis que o teórico pode finalmente escolher fazer; e (5) mostrar as conseqüências de conjuntos alternativos de decisões para a teorização e a investigação sociológica.

8 Para evitar mal-entendidos, quero enfatizar que o nosso interesse aqui é com a atitude da *teorização* científica. A atitude que informa as atividades da investigação científica de fato é outra questão inteiramente diferente.

9 Alfred Schutz, “The Stranger,” *American Journal of Sociology*, Vol. 49, May, 1944; “The Problem of Rationality in the Social World,” *Economica*, Vol. 10, May, 1943; “On Multiple Realities,” *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 4, June, 1945; “Choosing among Projects of Action,” *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 12, December, 1951; “Common Sense and Scientific Interpretation of Human Action,” *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 14, September, 1953.

10 De acordo com o programa, a atitude e o método da fenomenologia husserliana, Schutz procurou as pressuposições e as características ambientais correspondentes pretendidas por elas, que eram invariáveis aos conteúdos específicos das ações e de seus objetos. A lista não é exaustiva. Mais pesquisa deverá revelar outras. Como com qualquer produto de observação, elas têm o status provisional de “serem de tal forma até ser demonstrado o contrário”.

11 Schutz, “The Problem of Rationality in the Social World,” p. 142-143.

12 Considere suas características. Ele nunca negligencia uma mensagem; ele extrai de uma mensagem toda a informação que há nela; ele nomeia as coisas adequadamente e na hora certa; ele nunca esquece; ele guarda e lembra sem distorções; ele nunca age de acordo com um princípio, mas apenas baseia-se em uma avaliação das conseqüências de uma linha de conduta para o problema de maximizar as chances de conseguir o efeito que ele busca.

13 Vilfredo Pareto, *The Mind and Society*, ed. Arthur

Livingston (New York: Harcourt Brace & World, Inc., 1935), especialmente Vol. I. Marion J. Levy, Jr., *The Structure of Society* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1952).

14 Kaufmann, op. cit., p. 48-66.

15 É através da ausência das “racionalidades científicas” nas ações que constituem as estruturas sociais rotineiras que a ação racional se torna problemática nas formas pretendidas pela distinção negligenciada que Max Weber fez entre a racionalidade formal e a substantiva.